

# A INDEPENDÊNCIA DA COSTA DO OURO NO JORNAL A TARDE EM 6 DE MARÇO DE 1957

Átila Conceição Rodrigues\*

## Resumo

Este trabalho pretende analisar a repercussão da independência da Costa do Ouro no jornal A Tarde do Estado da Bahia examinando uma reportagem veiculada por este periódico na data da emancipação política da Costa do Ouro. Apresenta também uma abordagem da participação da mídia dentro da sociedade brasileira, tendo em vista o reconhecimento do A Tarde no âmbito nacional, e na construção dos ideais hegemônicos do século XX. Para isso é necessário uma apresentação de como a África e os africanos são considerados pela sociedade brasileira e mundial.

**Palavras chave:** mídia; repercussão; independência da Costa do Ouro.

## Abstract

This text intends analyze the impact independence of the Gold Coast the news paper A Tarde, The State of Bahia examining a report conveyed by this journal on the date of the political emancipation of the Gold Coast. It also presents an approach media participation inside Brazilian society, in view of the recognition A Tarde in plan national and buil ding the hegemonic ideals of the twentieth century. For this it is necessary a presentation how the Africa and Africans are considered by society Brazilian and world.

**Key words:** media; repercussion; independence of the Gold Coast.

O século XX foi marcado por grandes transformações de cunho político, econômico, social, cultural, tecnológico, industrial e até mesmo do discurso, e um dos grandes eventos desencadeadores destas modificações neste período foi a Segunda Guerra Mundial de 1939 a 1945. Mudanças como a posse do poder econômico, que no início do século

pertencia às nações da Europa Ocidental, tendo a partir deste evento a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos (EUA) como seus detentores, em decorrência os modelos de sociedade e cultura passaram a ter estas duas nações como referencia.

Um das mais significativas mudanças deste período ocorreram na estrutura po-

---

\* Mestre em História da África pela UFRB. E-mail: atilarc@gmail.com.

lítica mundial, com uma reorganização do mapa da Europa e os desmoronamentos dos impérios coloniais na Ásia e na África, junto a isto uma intensa contestação dos discursos que justificavam a colonização de qualquer povo, principalmente ao término da Segunda Guerra que “foi acompanhado de toda uma série de declarações dos países vencedores nas quais reafirmavam as idéias democráticas e de autodeterminação dos povos.” (ARNAUT, LOPES, 2008, p.80). Além destas declarações existia já a Carta do Atlântico que assegurava o desejo dos povos de escolherem suas formas de governo e a carta da ONU.

O foco deste texto é discorrer sobre como as informações sobre as emancipações em África foram apresentadas aqui na Bahia para observar os discursos sobre este continente que estava em plena efervescência política, ideológica e econômica, através de um dos meios de comunicação mais utilizados na época os jornais. Como não é viável o estudo destes acontecimentos de maneira generalizada, para evitar qualquer possibilidade de homogeneização dos processos de independência em África, este artigo se propõe a tratar da libertação política na Costa do Ouro, conhecida atualmente como Gana.

A partir da pesquisa das notícias do jornal A Tarde, referente à independência da Costa do Ouro, pode-se analisar a maneira como este periódico apresenta este acontecimento de fundamental importância para a História da África e do mundo. Afinal em se tratando de Bahia uma das regiões com maior presença de negros no mundo fora do continente africano, este evento internacional não poderia passar despercebido.

A reportagem a ser analisada neste artigo é da independência da Costa do Ouro que ocorreu no dia 06 de março de 1957, notícia de primeira página do então jornal baiano.

Porém para entender a importância da imprensa na sociedade brasileira é preciso algumas considerações sobre a participação da mídia no Brasil. Ainda é indispensável uma exposição da condição da África e dos africanos no mundo, para que se possa ter uma ideia de como seria construída ou editada esta reportagem. Na verdade é uma análise de como a sociedade brasileira se referia à África e aos africanos tendo como foco um evento específico, a emancipação política da Costa do Ouro.

## A imprensa no Brasil do século XX

A imprensa que, segundo Juvenal Carvalho: “Após os anos 50 do século XX, tornou-se um dos principais veículos de disputa de hegemonia na sociedade brasileira, a sua capacidade de reproduzir e construir cenários, estereótipos ou imagens alcançou tal dimensão que não são poucas as referências que a ela são feitas como sendo o ‘quarto poder’.” (CARVALHO, 2002, p.64).

Devido a essa característica, da imprensa no Brasil, é que a história do século XX poderá ser escrita tendo a mídia como uma fundamental fonte, sobre as informações e ou notícias acerca dos fatos históricos, que aconteciam no mundo, aos brasileiros. Acreditando que a imprensa escrita era um dos meios de comunicação mais utilizados para se obter informações sobre os acontecimentos mundiais, os jornais foram essenciais para a construção de imagens, que vai além da fotografia, mas enquanto discurso também, sobre a ordem mundial vivenciado em meados do século XX.

Os órgãos de comunicação que passaram a ser empresas, na lógica capitalista, e estava no mercado para vender um produto, vão fazer negócios visando o lucro com isso

a “mídia e suas tecnologias como os lugares, por excelência, condutores e provocadores da cristalização de uma sociedade marcada por relações de poder desiguais, atuam como dinamizadoras do controle social” (BRITTOS, GASTALDOS, 2006, p.121).

Nessa condição a indústria da comunicação no Brasil se desenvolve, para tentar construir a sua influência na política e na capacidade de formar opinião, que tais órgãos possuem na atualidade como salienta Venício Lima,

“O papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc. - e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia - em sua centralidade - que a política é construída simbolicamente, adquire um significado” (LIMA, 2009, p.21).

Foi assim com as notícias de luta de libertação dos países colonizados, o apoio da grande imprensa a ditadura militar do Brasil, onde tem seu período de grande desenvolvimento, e o apoio da imprensa a Fernando Collor em 1989, além das imagens que estes meios de comunicação fazem dos eventos esportivos, eventos de entretenimento e também das manifestações populares como as que aconteceram na Copa das Confederações em 2013 no Brasil. Todas essas evidências e informações expõem com nitidez a estreita relação que existe entre poder econômico, poder político e empresas jornalísticas “Apresenta-se todo o aparato midiático como o próprio poder, não só por seu papel social (ou a quem serve), mas porque assim é visto pela sociedade, que o identifica como algo superior, portador/definidor da realidade (e não uma representação

desta), revelador da verdade e responsável pela criação das autênticas autoridades dos tempos atuais” (BRITTOS, GASTALDOS, 2006, p. 122).

Os efeitos da imprensa na sociedade são extremamente relevantes já que a mesma pode interferir nas decisões políticas, econômicas, sociais e culturais de uma nação. Segundo Abramo, “ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro.” (ABRAMO, 2003, p. 08). Diante deste pensamento é indiscutível que as grandes organizações midiáticas constituem hoje – com toda a complexidade, os seus paradoxos e suas contradições – uma coluna de sustentação de poder.

A imprensa na Bahia vai manter este padrão, e tentar influenciar na opinião da sociedade, alimentando as informações que para ela são mais significativas para a manutenção da ordem que vigora na sociedade, no que tange as relações culturais. A imprensa na Bahia estava quase sempre vinculada às tendências dos grupos políticos aqui existentes, que utilizavam estes meios de comunicação para alcançar objetivos particulares. Seus representantes faziam dos periódicos instrumentos para concretizarem seus desejos e interesses políticos.

## O Jornal a Tarde

Por isto este artigo irá utilizar o jornal A Tarde que já detinha no período em que se trata a metade do século XX, um reconhecimento a nível regional e nacional. “Nos anos 50, A TARDE já estava consolidado como um dos principais jornais do país, vivendo um período tranquilo marcado pela tão desejada liberdade de expressão” (RIBEIRO, BOAVENTURA, 2012, p.185). Jornal que na

perspectiva de Ana Spannenberg se tornou o marco do “jornalismo moderno” na Bahia trazendo inovações que iam desde a organização gráfica (com a introdução do uso de manchetes na primeira página, fotos ampliadas em mais de uma coluna e títulos em destaque), até a estrutura redacional (predominantemente informativa) e às opções temáticas.

O A Tarde pertencente a Ernesto Simões Filho, desde os primórdios assumia tendência política, se afirmando como o jornal de combate aos governos estabelecidos, e opinião que “em face dos problemas locais e nacionais confundiam-se com os interesses de seus fundadores, diretor e proprietário” (SAMPAIO, 2001, p.5650). E como frisa Spannenberg, “o que distingue A Tarde dos concorrentes baianos do início do século XX são as manchetes na primeira página, as fotos ampliadas em mais de uma coluna, a predominância da informação sobre a opinião (entrevista em discurso direto e busca de mais de uma fonte), e a diferenciação temática.” (SPANNENBERG, 2006, p. 8).

Mesmo com essas características inovadoras trata-se de um jornal que também desempenhou o esquema tradicional de vinculação política, afinal Ernesto Simões Filho seu fundador, atuava em cargos públicos do Estado e segundo Ana Spannenberg “Pedro Calmon seu biógrafo afirma que o jornal pretendia ser um porta-voz altissonante de J.J. Seabra.” (SPANNENBERG, 2006, p. 09).

Desde 1949 o jornalista Jorge Calmon passou a assumir a função de redator chefe e junto com o então diretor Ranulfo Oliveira, submeteram o jornal a significativas mudanças na linha editorial e na organização das seções. O periódico circulava de segunda a sábado com 12 páginas divididas em seções de esporte, populares, publicidade, registro social e aos sábados tinha um arranjo parti-

cular. O Jornal possuía uma sucursal na Capital Federal, na época o Rio de Janeiro, em suas próprias páginas afirmava como slogan publicitário, ser um “jornal independente, político e noticioso”, tinha também uma estratégia para atender a uma diversidade populacional com a venda avulsa e com assinaturas semestrais e anuais.

Nota-se com essas informações que o jornal A Tarde era um periódico de relevância política de nível nacional apesar de circular apenas em território baiano, o que não o limitou a ser considerado um dos maiores jornais da década de 1950 do Brasil. De certa maneira este não deixou de impactar a sociedade com seus noticiários e informações sobre eventos a nível nacional e internacional.

Ciente da significativa contribuição da África e dos africanos na formação da sociedade brasileira e baiana surge alguns questionamentos; Será que a África continuará a ser apresentada, neste periódico, de maneira a induzir ao leitor que os africanos não são agentes ativos na construção de sua história? Isto é, quando são considerados que tem História, será mantido o discursos em que caracterizava os africanos como bárbaros, seres humanos inferiores intelectualmente? E as reportagens que se refiram não só a independência da Costa do Ouro, mas aos diversos conflitos pela libertação nacional, são de fundamental importância para responder tal pergunta, afinal é o momento da conquista da autonomia de povos antes caracterizados com termos pejorativos que justificavam a colonização que iniciou no final do século XIX e perdurou pelo século XX.

## As ideologias sobre a África e os africanos

O continente africano, berço da humanidade, sofreu um violento processo de explora-

ção e dominação física, cultural, socioeconômico e político, iniciado nos séculos XV e XVI, com a formação do mercado Atlântico de escravos, espalhando por Europa, África, América e Caribe africanos que levaram consigo as suas heranças culturais fazendo destes locais “pedaços de África”. Um aspecto marcante desta dominação foi à estratégia de hierarquizar as culturas para justificar, o tráfico, a escravização e o racismo privando estes seres humanos de manter seus costumes de origem e de terem direitos que assegurassem a sua condição humana.

É significativo considerar que as opiniões desenvolvidas pelos europeus não visavam apenas as pessoas, mas também os locais de origem, “é importante ressaltar que a desqualificação dos não europeus não recaiu, como se pensa, unicamente sobre as pessoas e etnias. Bem mais do que isso, a estratégia de inferiorização do outro foi também estendida ao território habitado pelas populações não-européias, impregnando de modo simultâneo o espaço, as sociedades e as culturas dos demais continentes com todos os signos de negatividade” (SERRANO e WALDMAN, 2007, p.24).

Toda uma classe dirigente no Brasil passou a utilizar como referência de desenvolvimento um “ocidente branco e cristão” e com estes critérios classificam as demais sociedades e os grupos sociais da sociedade brasileira. Toda esta hierarquização passou a ter um caráter científico no século XIX, que justificam as idéias de superioridade racial e cultural, através de teorias que recebem a função de legitimar as diferenças sociais e as ações das potências européias pelo mundo, e até a colonização dos povos africanos. Nesse sentido a realidade dos africanos e seus descendentes no mundo não são das mais ideais, já que estes vão sofrer com o racismo por serem o que são diante da necessidade

imposta pela ordem econômica, política e social que interessava aos países europeus.

O racismo, segundo Silveira, “que favoreceu os europeus e atingiu os demais povos do mundo” não foi necessariamente a falta de consciência do europeu, ou dos homens que o reproduzia, mas sim uma afirmação, uma necessidade, uma presença, uma afirmação com sustentações de caráter jurídico e científico. Com isso Silveira afirma: “o racismo científico foi, portanto, parte importantíssima da estruturação, pela primeira vez na história da humanidade, de uma hegemonia abrangendo todo o globo terrestre” (SILVEIRA, 1999, p.90). Foi uma das estratégias utilizada pelas potências européias para dominar fisicamente e culturalmente a África e perpetuar esta dominação nas diásporas.

E no Brasil isso não seria diferente, são poucas as referências ao continente africano nos livros didáticos, e são menores ainda as informações sobre as independências africanas nestes livros. A sociedade baiana ainda desconhece o fato de alguns países africanos terem menos de 60 anos de emancipação política, e isso se deve ao anonimato e, quando não, por causa das informações que foram veiculadas sobre estes acontecimentos. Além disso, também é desconhecido por muitos a presença europeia em África, que vai dar origem ao período de colonização que se estende das últimas décadas do século XIX ao último quarto do século XX, nota-se que é um período cronológico mais curto de exploração se comparado com a colonização das Américas, porém a ação colonial foi tão avassaladora quanto tanto que até o século XXI é perceptível às consequências desta interferência externa no continente africano.

A contribuição africana na sociedade brasileira é incontestável, afinal está caracterizado na feição, nos falares e nas práticas da nossa população laços irreversíveis da

história do Brasil e da África, como registra Serrano e Waldman “Inferências de âmbito antropológico, geográfico, histórico e sociológico que transformam o Brasil e a África em co-partícipes nas mais diversas situações e experimentos da vida humana” (SERRANO e WALDMAN, 2007, p.13).

Porém, uma mínima divulgação dos elementos africanos na formação nacional, a generalização das origens dos africanos trazidos para o Brasil e um desequilíbrio no tratamento dos grupos sociais brasileiros, fazem com que o interesse ao legado cultural africano seja o mínimo possível. Sendo assim a imprensa escrita também irá se inserir neste contexto nacional e fomentará as informações referentes à África no bojo destas ideologias raciais, culturais e afirmativa diante das lutas de libertação em África. Afinal segundo Conceição “vale destacar que a luta pela Hegemonia entre diversas classes sociais, numa determinada sociedade, implica, também, numa luta pela imagem que cada uma faz de si mesma e das suas adversárias.” Fazendo com que uma série de produções em nível de entretenimento, como música histórias de dormir, humor, entre outros, e em nível de formação humana como livros didáticos, museus, os meios de comunicação, se tornem mecanismos desta construção hegemônica euro-cristão-ocidental.

## A independência da Costa do Ouro

A Costa do Ouro está situada na África Ocidental e limita-se ao norte com Burkina Faso e Níger, ao sul com o Oceano Atlântico, ao leste com Costa de Marfim, e ao oeste com Togo. Região que forneceu escravos para a América, e, obviamente, Brasil. A Costa do Ouro no século XIX também recebeu do Brasil alguns retornados que lá formaram

uma comunidade brasileira conhecida como os Tabom, que levaram muito da cultura brasileira para este país, que já tinha uma grande presença estrangeira em órgãos administrativos.

A Costa do Ouro foi colonizada pela Inglaterra em 1868 oficialmente até o ano de 1957 quando foi decretada a sua independência. Porém a presença inglesa foi contestada a todo o momento de diversas maneiras e condições. Afinal segundo M’Bokolo “A história da África colonial é, antes de tudo, a da notável continuidade de uma tradição: a da resistência dos povos às usurpações e as lógicas estatais de dominação e exploração” (M’BOKOLO, 2009, p. 523).

Os países do continente africano tiveram nas suas lutas de libertação uma pluralidade de maneiras a conquistar o seu objetivo que era a independência. As potências europeias tiveram que tratar a libertação de suas colônias, em África, conciliando os seus interesses econômicos e políticos com os interesses nativos. Sendo assim a Inglaterra, por exemplo, promovera um grande conflito no Quênia, para evitar a independência de um dos maiores fornecedores de metais preciosos da África, no entanto na Costa do Ouro a mesma Inglaterra teve que negociar a emancipação política com os líderes do país, já que os africanos desta região detinham grande parte da produção mineral e natural local, além de haver “uma larga camada da população africana com uma massa de dinheiro advinda da cultura do cacau que participava ativamente não só dando impulso ao ensino secundário, mas também financiando o estudo de alguns jovens em universidades norte-americanas” (HERNANDEZ, 2005, p.195). Porém estas diferenças na relação com as metrópoles não minimizam o teor violento que foi a independência dos países africanos.

Costa do Ouro, que foi o primeiro país da África subsaariana a conquistar a sua independência, teve nesta conquista um caráter singular, até mesmo na apresentação do jornal A Tarde, que será analisada mais adiante, pois foi uma emancipação que tem como característica uma série de modificações na constituição colonial.

Kwame Nkrumah, um dos líderes desta luta de libertação, teve grande envolvimento e participação em congressos internacionais que contestavam a condição de colônia dos países africanos e asiáticos. Em seus discursos, Nkrumah sempre teve a preocupação em informar de maneira geral à condição que se encontrava a África e os africanos no século XX, e a necessidade destes povos em administrar seus países. A participação deste líder em Gana foi de mobilizar a sociedade, ou seja, trabalhadores, proprietários de empresas, estudantes e desempregados, todos aqueles que estavam insatisfeitos com a condição de colonizados, a buscar este direito de liberdade, incentivou greves, passeatas e com discursos que inflamam a sociedade em um só sentido, o da libertação.

É importante destacar que Nkrumah teve atuação não só em solo africano, mas também em outras partes do mundo para mobilizar as comunidades africanas na conquista da independência. Assim organizou no ano de 1945, em Manchester na Inglaterra, o V Congresso Pan-africano que não somente contribuiu para um forte impulso nas atividades nacionalistas especialmente na África Ocidental britânica. Existiram vários congressos pan-africanos desde 1900, porém foi este de 1945 que pela primeira vez reclamou não somente uma completa e absoluta independência e uma África unificada com base em uma economia socialista, mas também esboçou as estratégias a seguir.

O processo político que desencadeou a luta pela autonomia na Costa do Ouro pode ser caracterizado por três correntes. A primeira seria uma corrente política através dos sindicatos e, principalmente, dos partidos políticos que na perspectiva de M'Bokolo “iriam conhecer seu pleno desenvolvimento durante a ‘marcha para a independência’: admitidos progressivamente pelas autoridades coloniais, apoiando-se em movimentos sociais radicalizados, adquirindo formas novas e uma dimensão sem precedentes” (M'BOKOLO, 2011, p. 596).

A segunda corrente é baseada na motivação popular por meio de palestras, discursos proferidos por jornais e líderes nacionais. E uma terceira corrente baseada nas transformações ocorridas na constituição colonial, impulsionadas pelas duas correntes anteriores, que por sinal desencadeou a autonomia política sem a necessidade de “surto revolucionários” como define Leila Hernandez as lutas armadas pela libertação. No entanto esta condição não elimina as prisões, mortes, choques com as forças militares colonialistas, que sempre atuaram de maneira ostensiva, mesmo quando as ações eram de desobediência civil.

Após o V Congresso Pan-Africano, a Costa do Ouro se encontrava com uma larga oposição à administração colonial, que passava a contar com os fazendeiros e os homens de negócios do Sul, responsáveis pelo cacau, que se sentiam “descontentes com a administração britânica e já compartilhavam certa hostilidade.” (HERNANDEZ, 2005, p.195). Com a evolução da situação estes grupos sociais receberam um grande reforço político dos “antigos combatentes de guerra (cerca de 65 mil) que levaram consigo para os territórios africanos as experiências das independências asiáticas, em especial, conhecidas du-

rante a segunda guerra.” (HERNANDEZ, 2005, p. 195).

Segundo Hernandez esse conjunto de importantes grupos da sociedade da Costa do Ouro foi incrementado de forma significativa pela pressão político-partidária, que se organizou de forma lenta, mas sempre fiel ao compromisso de ampliar os direitos individuais e sociais em relação aos precedentes. Estas organizações possibilitaram ao nacionalismo africano expandir-se e atuar com eficácia conforme M’Bokolo (2011).

Nestas condições, o United Gold Coast Convention (UGCC), fundado por intelectuais ganeses, em sua assembleia de instituição, ocorrida no ano de 1947 se colocava em posição contrária a constituição vigente e “isto dava grande ânimo e agitava os ideais de obtenção de completa independência para a Costa do Ouro. Preliminarmente, o trabalho parecia ser meramente acadêmico, eis que faltavam planos e motivação das massas” (BLAY, 1973, p. 27). Foi esta uma das estratégias que os principais líderes do movimento de emancipação da Costa do Ouro, J. B. Danquah e Francis Kwame Nkrumah utilizaram para as suas vozes ecoarem na tentativa de unir as forças nacionais como informa M’Bokolo, “os intelectuais representavam geralmente uma espécie de traço de união estando presente em todas as tendências.” (M’BOKOLO, 2011, p.605).

Um bom exemplo desta característica unificadora direcionada pelos intelectuais era o partido, no qual Danquah era um dos dirigentes e Nkrumah secretário-geral, UGCC “que acolhia os diversos setores da sociedade, incluindo elementos das classes populares cada vez mais sensíveis às circunstâncias daquele momento” (HERNANDEZ, 2005, p.196).

Este processo, segundo a mesma autora Hernandez, culminou em 1948 na organiza-

ção de marchas pacíficas para o palácio do governador, ratificando o boicote aos produtos europeus para induzir a redução dos preços destas mercadorias. A postura do governo colonial britânico foi de intensa repressão aos manifestantes “Provocou tumultos populares em Acra e em cidades do litoral, com assalto de lojas europeias e sírias, libertação de presos e incêndios de grandes armazéns. No fim de três dias havia 29 mortos e centenas de presos.” (HERNANDEZ, 2005, p.196).

Mesmo com esta repressão violenta dos representantes da metrópole, as ações pela busca da autonomia política continuavam e com a participação de vários grupos sociais. Desta vez, em 1950, a mobilização popular foi organizada pelos sindicatos. M’Bokolo constata que os sindicatos “desempenharam um papel fundamental no amadurecimento das consciências africanas, na passagem da contestação dos efeitos do sistema para a contestação do próprio sistema, e na passagem da contestação para ação.” (M’BOKOLO, 2011, p.596).

Se em um momento inicial Nkrumah propôs uma ação não violenta, no ano seguinte em 1949, defendeu reformas radicais com amplo apoio dos sindicatos que reforçaram essas medidas, afinal “era indispensável criar condições para uma pressão popular eficaz, desencadeando um processo de desobediência civil.” (HERNANDEZ, 2005, p.196). Nessas condições os sindicatos lideraram uma greve geral em janeiro de 1950, como parte do processo de luta, demonstrando sua capacidade de mobilização, em torno de um programa de reivindicações. Demonstrando, segundo Elikia M’Bokolo, uma forte ligação entre as aspirações de ordem econômica e social e as aspirações políticas, com o objetivo de derrubar a ordem colonial. (M’BOKOLO, 2011, p.601).



Esta mobilização levou a uma intensa repressão do governo colonial britânico que prendeu algumas lideranças sindicalistas e políticas do movimento de independência da Costa do Ouro, como Nkrumah e Danquah. Além de, segundo Hernandez (2005), considerar necessário o uso da força militar local acabou abrindo fogo na direção dos manifestantes matando quatro oficiais africanos.

Após esse episódio de repressão violenta do governo central, somado ao crescimento da crise socioeconômica, têm-se algumas reviravoltas na relação entre o movimento de libertação e o governo imperial. A primeira foi a ampliação do apoio social em favor dos rebeldes na luta pela emancipação política da Costa do Ouro. Já o governo britânico temeroso de não poder participar, mesmo que de maneira indireta, da transição para a self-government passou a “adotar por algum tempo uma política menos repressiva, que incluiu a elaboração de um calendário de eleições parciais a serem realizadas em Acra e em Cape Coast.” (HERNANDEZ, 2005, p.197).

A outra modificação ocorreu dentro dos diferentes grupos sociais que se uniram para a formação da frente nacionalista do movimento de oposição na Costa do Ouro ao governo colonial. Existia efetivamente uma divisão entre os que “defendiam a autonomia o mais breve possível” e aqueles que propunham “autonomia imediata” como considera Hernandez (2005). Neste cenário Nkrumah decide por se afastar do UGCC, pois considera ser um partido de opinião moderada como afirma em depoimento: “era quase inútil associar-me a um movimento quase inteiramente apoiado por uma classe média reacionária, de advogados e de comerciantes, porque as minhas ideias e o meu passado revolucionários me impediam de traba-

lhar com eles.” (M’BOKOLO, 2011, p. 617).

Com esse pensamento Kwame Nkrumah cria o *Convention People’s Party*, no ano de 1949, tendo como palavra de ordem a independência imediata. “Trata-se, declara Nkrumah, de uma linha que estará de acordo com as aspirações dos chefes e do povo da Costa do Ouro.” (BENOT, 1981, p.156). Conforme M’Bokolo este partido era composto por “um grupo mais jovem, mais determinado e mais progressista, desejoso de ver os progressos políticos avançarem e de que a independência não fosse realizada em proveito das classes privilegiadas.” (M’BOKOLO, 2011, p.617).

No ano de 1950, conforme M’Bokolo (2011) houve uma modificação na constituição colonial da Costa do Ouro a qual reduziu a idade que dava direito a votar de 25 para 21 anos, ampliando assim as bases de apoio do CPP que tinha na sua maioria de jovens e oriundos das classes populares. É importante destacar que este partido não tinha uma ideologia definida estava determinado a chegar o mais rápido possível a autonomia e, como salienta Adu A. Boahen, “estava pronto a utilizar todos os meios para atingir os seus fins.” (M’BOKOLO, 2011, p. 617).

Um dos principais questionamentos do CPP era essa tal autonomia limitada que caracteriza a exclusão dos africanos dos gabinetes das finanças, da administração, da justiça, do exército e da polícia, das eleições por sufrágio universal e a formação de gabinetes integrados. A contestação a essas organizações constitucionais levaram o CPP a vitória nas eleições gerais de fevereiro de 1951, com expressivo número de votos, e, sobretudo estas eleições vieram legitimar o CPP, conforme M’Bokolo (2011) como o partido majoritário na Costa do Ouro.

A imagem de Nkrumah vinculada a este partido também foi determinante para o re-

sultado desta eleição e para o processo de independência devido o carisma que existia na sua pessoa, “o que lhe permitia subjugar uma massa de simpatizantes”. (BOAHEN e SURET-CANALE, 2010, p. 200). Pouco tempo depois reduziu o enfrentamento das forças sociais, começando a surgir características próprias de uma política de tendência colaboracionistas, formando a campanha do *Action Positive*, que se trata de uma “cooperação estratégica”, segundo Hernandez (2005), “onde o CPP soube jogar com toda uma gama de meios de pressão para levar a população a reagir para não a deixar resignar-se a sua sorte de colonizada.” (M’BOKOLO, 2011, p., 617). Para alguns pesquisadores este período pode ser considerado como uma partilha de poder uma espécie de “diarquia”.

“De 1951 a 1957, a marcha para a independência vai prosseguir, através de negociações, de sucessivos retoques, melhoramentos e concessões mútuas.” (BENOT, 1981, p.157) Uma das estratégias foi de não distinguir as diferenças e as desigualdades dos vários grupos reconhecendo o regionalismo, existente no território da Costa do Ouro, “formado por diversas ‘nações’ com diferentes características culturais, além de necessidades e interesses econômicos, políticos e sociais próprios.” (HERNANDEZ, 2005, p. 1981).

Através destes compromissos, alcança-se a independência no dia 6 (seis) de março de 1957 numa cerimônia realizada em Acra com representantes de lideranças políticas de países como a URSS e os EUA além de representações do governo britânico. E uma das ações que torna o estudo desta região ainda mais interessante foi a mudança do nome da região, que se referia a uma das matérias-primas buscadas pelos colonizadores europeus,

Por isso, com a independência, uma das manifestações mais significativas dos líderes políticos foi a que apontava para a variedade de culturas pré-coloniais fazendo-se sentir, logo de início, com a mudança do nome do país de Costa do Ouro para Gana. Nkrumah ao fazer esta mudança exaltou as tradições locais não da região da antiga Costa do Ouro, mas de todo a História Antiga da África ‘Eu recorri ao nome de Gana porque esta profundamente enraizado na história antiga da África ocidental, porque fala à imaginação da juventude. É preciso celebrar a grandeza e os altos feitos de uma civilização que os nossos antepassados fizeram expandir muitos séculos antes da penetração europeia e do seu domínio ulterior sobre a África. (HERNANDEZ, 2005, p.198 Apud CORNEVIN, p.143).

É perceptível que o então representante ganês justifica o resgate de um passado glorioso do continente com o intuito também de valorizar as tradições locais, e de certa forma aniquilar qualquer relação com os tempos de colonização, onde esta região era batizada com o nome da matéria-prima explorada pelos europeus.

## A notícia do dia 6 de março de 1957

O Jornal A Tarde do dia seis de março de 1957 tem como notícia de primeira página a festa pela independência da Costa do Ouro, (Reportagem que esta anexada no final do texto) festividade já programada desde o mês de setembro do ano anterior. Uma reportagem digna de primeira página pela importância do acontecimento, afinal trata-se da primeira nação da África subsaariana a se tornar independente. Uma reportagem que oscila em tons afirmativos e negativos a “nova” nação de Gana.

Sugere inicialmente a extinção do termo Costa do Ouro, denominação recebida pela região, devido a grande quantidade de ouro.

Uma sociedade em sua grande maioria de africanos e com presença de estrangeiros oriundos dos longos anos de alternância de portugueses, holandeses e ingleses, estes últimos que colonizaram a região após a Conferência de Berlim em 1884.

Por sinal palavra, colonização, que não se ver no texto do jornal, em sessenta e uma linhas em nenhum momento, se encontra referência à Inglaterra enquanto ex-metrópole, mas sim como membro da primeira sessão parlamentar do após a independência. Facilitando para os leigos a interpretação de uma relação amistosa entre ex-colônia e antiga metrópole, além de não fazer alusão à condição de colonizadora da Inglaterra.

Um dos trechos da reportagem do jornal, que ainda traz uma grande imagem do primeiro-ministro Kwame Nkrumah, tem uma parte do seu discurso desta data escrita no texto, parte do discurso que demonstra o real interesse da “nova” nação: “Nós não somos mais escravos! Que todos estejam de agora por diante com a cabeça erguida. O primeiro-ministro disse ainda que a independência de Gana não significa coisa alguma se não estivesse ligada com uma libertação total das demais áreas coloniais do continente africano.” (A Tarde, 1957, p.1).

Esta passagem do discurso de N’krumah foi muito bem apresentada pelo jornal, demonstrando a denúncia feita pelo primeiro ministro de Gana à presença europeia em África e do desejo que este país, na representação dos seus dirigentes, tinha para o continente, como um todo, uma nova imagem da África e dos africanos.

A reportagem prossegue com a informação da presença do representante dos Estados Unidos e do representante da União Soviética. Demonstrando o interesse tanto do imperialismo norte-americano e soviético em África, as potências que estavam em

disputa por territórios para que pudessem melhor perpetuar sua política de interesses, tanto capitalistas quanto socialistas. O Jornal apresenta que este acontecimento não passou despercebido pelas principais potências mundiais do século XX inserindo assim a África a nível mundial, mais uma vez, no contexto da Guerra Fria como alvo de disputa, entre os países protagonistas deste processo caracterizado por Nkrumah como o neocolonialismo.

Porém, uma tendência em tornar este acontecimento, importantíssimo para a humanidade, um evento festivo demonstra uma tentativa do jornal em amenizar a luta deste povo na busca pela sua independência.

A notícia desta data não teve mais do que isto no seu texto, porém, a não ser a fala do primeiro-ministro, não se apresenta uma luta destes habitantes da então “nova” nação na conquista dessa independência. Comentou os fogos de artifício, a cor da bandeira, a contribuição soviética e norte-americana e ainda da presença do representante inglês. E o caráter festivo desta reportagem minimiza sim o teor violento e repressivo que foi a luta de libertação da República democrática do Gana.

## Conclusão

A importância de estudar e ensinar os processos de emancipações da África em sala de aula esta no que estes representam para o arcabouço construído para legitimar a inferioridade deste continente. Como podemos observar no caso de Gana trata-se de processos que buscam o fim da presença colonial nas perspectivas políticas, econômicas, sociais e ideológicas.

Segundo Kabengele Munanga, no prefácio do livro “*A África que incomoda*”, de Carlos Moore, “a África começou a incomodar a partir dos processos de luta pela obtenção de

suas independências políticas e econômicas, de sua libertação espiritual e cultural do jugo colonial” (MOORE, 2010, p.6). A África passa a incomodar quando se recusa a condição de inferioridade que lhe fora imposta pelos países europeus, e, ainda segundo Munanga, “daí o neocolonialismo para manter a ruptura e manter o status quo que se perpetua ainda hoje através dos mecanismos de cooperação internacional e de novas relações de explorações econômicas altamente sofisticadas.” (MOORE, 2010, p. 7).

Por efeito é com uma análise mais específica da independência de Gana, da finalidade da mídia no Brasil e das imagens referentes ao continente africano é que se pode ter uma melhor interpretação das reportagens referentes às independências africanas.

A mídia no Brasil passou a ser um produto comercializado, com fins de alimentar a formação de uma hegemonia dentro da sociedade brasileira no que tange as referências culturais para repercutir de maneira coesa nas questões econômicas, políticas e sociais.

O teor festivo da reportagem caracteriza esta tentativa em reduzir as dificuldades impostas pelos países europeus na autonomia dos povos da África dando enfoque a uma relação amistosa que nunca existiu e diante do pronunciamento do primeiro-ministro ganês não existia afinal o objetivo maior segundo N’krumah era a emancipação do continente como um todo.

Outra característica peculiar da reportagem é o fato da mesma não ter mencionada no decorrer do seu texto a palavra colonização, não cita a Inglaterra enquanto colonizadora do novo país Gana o que torna o texto da reportagem tendencioso para uma relação amistosa e que o processo político em prol da emancipação política da Costa do Ouro foi pacífico. É perceptível o incomo-

do que é admitir que estivessem errados os países que serviam de referencia mundial de civilização, e que estes agiam de modo a ferir a integridade da humanidade. Sendo assim a reportagem minimiza a ação dos colonizadores enquanto tal e muito menos valoriza o povo africano pela conquista.

Ao citar os representantes estrangeiros, da União Soviética, dos Estados Unidos e da Inglaterra os colocam na condição de reconhecedores da nova nação, mas não os apresentam enquanto beneficiados pelos longos anos de colonização da região em destaque neste texto, principalmente em se tratando da Inglaterra.

Portanto, África foi tratada de maneira superficial por esses jornais, contribuindo para um não entendimento da realidade do continente que deu origem a humanidade e participou de maneira ativa na formação da sociedade brasileira e no desenvolvimento das políticas afirmativas a nível mundial.

## Referências

- ABRAMO, Cláudio Weber. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Mônica. **História da África: uma introdução** [Coleção Biblioteca Afro-Brasileira] Rio de Janeiro: Pallas, 2008, 2ª edição.
- BENOT, Ives. **Ideologias das Independências Africanas** Volume I. Luanda: Instituto nacional do Livro e do Disco, 1981.
- BLAY, J. Benibengor. **Nkrumah – O Pan-Africano**. Traduzido por José Luiz Pereira da Costa. Acra: 1973.
- BOAHEN, Albert Adu e SURET-CANALE, Jean. A África ocidental; In: **História geral da África, VIII: África desde 1935** / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. -Brasília: UNESCO, 2010, p.191-228.
- CARVALHO, Juvenal de. **Revista Veja: Um olhar sobre a independência de Angola. 1**

a.. ed. São Paulo: Gandalf Editora, 2009.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita a história contemporânea** – São Paulo: Selo Negro, 2005.

LIMA, Venício A. De. Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, ano 30, n.51, p. 13-37, Jan. / Jun. 2009.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações** Tomo I. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações** Tomo II. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro.** 2ª ed. Belo Horizonte, Nandyala, 2010, (Coleção Repensando África volume 3).

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo último estágio do imperialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RIBEIRO, Carlos; BOAVENTURA, Edivaldo. **Um Século de Jornalismo na Bahia, 1912 – 2012** / [texto Carlos Ribeiro]. – Lauro de Freitas, BA: Solisluna Editora, 2012.

SAMPAIO, C. N.. Verbete sobre os jornais baianos, A Tarde, Diário de Notícias, Diário da Bahia e Correio da Bahia. In: ALZIRA Alves de Abreu et al.. (Org.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930.** 2ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, v. 5, p. 5650.

SANTIAGO, Theo (org.). **Descolonização.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África: a temática africana na sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Renato da. Os Selvagens e a Massa Papel do Racismo Científico na Montagem da Hegemonia Ocidental. **Afro-Ásia.** Salvador, n.23, p.87-144, 1999.

SPANNENBERG, A. C. M.A modernização do jornalismo baiano - Um breve olhar sobre a proposta modernizante do jornal A Tarde. In: **Anais do 40. Encontro Nacional de História da Mídia,** 2006, São Luís - Maranhão. - Revisão Crítica dos 300 anos de censura, 2006.



Reportagem retirada do Jornal A Tarde do dia 06/03/1957, primeira página.

Recebido em 18/03/2016  
Aprovado em 14/06/2016